IMAGENS DA POBREZA URBANA NA IMPRENSA PAULISTA. *O ESTADO DE S. PAULO*. 1933-1942

Silvia Helena Zanirato*

Resumo. Neste artigo, analiso o fotojornalismo enquanto fonte para o estudo das representações sociais. A partir da documentação selecionada, procuro perceber os significados atribuídos à pobreza urbana na cidade de São Paulo no período entre 1933 e 1942. Através da correlação texto/imagem, busco discutir a representação da pobreza urbana que foi produzida e veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em um momento específico de enfrentamento da questão social no Brasil.

Palavras-chave. Fotojornalismo, representação, pobreza.

Images of urban poverty in the state of São Paulo's press: *O Estado de S. Paulo*, 1933-1942

Abstract. Photojournalism as a source for studying social, representations is analyzed in this article. The attempt to understand the meanings attributed to the urban poverty in the city of São Paulo, from 1933 to 1942, is supported by selected documentation. Urban poverty representation produced and communicated by *O Estado de S. Paulo* newspaper in a period in which the social issue was central in Brazil is discussed through text/image correlation.

Key words. Photojournalism, poverty, representation.

A problemática da pobreza.

* Professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá.

Em meados da década de 30, São Paulo tornou-se a maior cidade brasileira, com sua população ultrapassando um milhão de habitantes. Estimulada pela lavoura cafeeira, por um comércio pujante e uma crescente indústria, em suas ruas e avenidas projetava-se um cotidiano corre-corre, justificando o dito popular de que naquela cidade não se dormia. O mundo do trabalho que ali se desenhava aparecia estampado no vaivém de seus moradores. Em busca de lucros, alguns pressionavam seus empregados pelo aumento da produtividade. Preocupados com o ganha-pão cotidiano, outros corriam para o trabalho procurando melhorar suas condições de vida. Nas esquinas paulistanas, cruzavam-se diferentes personagens: barões do café, industriais, comerciantes, operários, artesãos e motoristas.

Contrastando com o vaivém destes habitantes, outros personagens também partilhavam os mesmos espaços urbanos. Com um andar arritmico, trajes andrajosos e passos incertos, desempregados, vendedores ambulantes, mendigos e vadios igualmente desfilavam pelas ruas da cidade. Esta presença destoante naquele mundo do trabalho não deixou de ser observada pelos demais moradores de São Paulo que desaprovaram aquela condição de vida, vendo naquele titubear as razões para a pobreza e o aumento da criminalidade. Nestes anos 30, mais do que nunca, a pobreza desocupada, dispersa pelos umbrais da cidade, passou a ser vista como uma ameaça à ordem pública, seja pela constatação do desconhecimento dos personagens e dos meios de contê-los, seja pelo aumento da criminalidade que se mostrava assustador.

A representação positiva do trabalho e do trabalhador expressava-se nos mais diversos discursos, apregoando os qualificativos de criação, de produtividade, de posse e de progresso material e espiritual que o trabalho proporcionava. Nesses discursos não havia lugar para qualquer outra justificativa para a pobreza que não fossem a indolência e a indisciplina.

O objetivo deste texto consiste em analisar aspectos desses discursos constante nas crônicas jornalísticas veiculadas pela imprensa paulistana nos anos entre 1933 e 1942. Examinando as matérias fotojornalísticas procuro perceber como foi produzida e veiculada uma visão sobre a pobreza que se encontrava dispersa pelas ruas da capital paulista.

Os marcos temporais estabelecidos na análise da temática (1933-1942) foram definidos em uma pesquisa anterior (Martins, 1998) quando pude constatar que nesse período houve uma inflexão no tratamento da pobreza e na repressão à ociosidade. Nesses anos, ocorreram significativas mudanças de ordem social, policial e jurídica quanto à forma de pensar e enfrentar esse problema. No campo policial, as mudanças foram mais incisivas a partir de 1933, quando foram criados aparatos policiais especializados na contenção da pobreza desocupada. As dificuldades colocadas diante da convivência, num mesmo espaço urbano, de interesses antagônicos, levou as instituições policial

e judiciária a concluir pela existência de uma “periculosidade” dispersa no conjunto social. Determinados tipos de pessoas passaram a ser vistos como perigosos para o convívio público, e essa periculosidade foi “cientificamente comprovada” e classificada nos compêndios jurídicos que traçaram normas sobre esse viver. Uma nova ordem jurídica foi adotada por meio do Código Penal de 1940, que passou a enquadrar o homem pobre e desocupado como um sujeito potencialmente perigoso, merecedor de uma vigilância constante.

O período marcou igualmente as mudanças que se processaram em nível de assistência aos desvalidos, com a criação de instituições voltadas para a disciplinarização da pobreza. O ano de 1936 apresentou uma significativa alteração na assistência, com a fundação das primeiras escolas de serviço social, que vieram a determinar padrões racionais de socorro aos necessitados. O momento revelou também a interferência do Estado no campo da assistência social, atuando nos campos até então reservados à administração privada. As políticas sociais adotadas nesse período acabaram por definir os moldes para o enfrentamento da questão social no Brasil. Assim sendo, os marcos 1933/1942 foram delimitados a partir da constatação de uma preocupação diferenciada com a questão da pobreza urbana.

Quanto à delimitação espacial, cabe esclarecer que, ao centrar as preocupações em um espaço definido, a cidade de São Paulo, não deixei de considerar que o desenvolvimento do país foi desigual e que as experiências humanas também variaram. A escolha desse espaço considerou que São Paulo situava-se naquele período como um centro de produção e de trabalho, sendo a cidade que registrava o maior crescimento populacional do país. Naquele espaço urbano conviviam tipos diferenciados de pessoas; a riqueza dos paulistanos quatrocentões, habitantes dos palácios e mansões, contrastava com a miséria dos despossuídos, relegados aos albergues, cortiços, praças e ruas da cidade. A disparidade entre ricos e pobres, convivendo numa mesma cidade, trouxe como consequência contrastes sociais explicitamente colocados, e os choques advindos destes contrastes, igualmente denunciados. O convívio de interesses diversos num mesmo espaço levou a cidade a constituir-se num laboratório experimental de técnicas punitivas e assistencialistas, mostrando uma especialização sem precedentes.

As experiências adotadas em São Paulo serviram como modelo para as demais cidades do país, pois à medida que as necessidades se fizeram presentes, não vacilaram em empregar técnicas semelhantes às que São Paulo adotou¹.

Tomando a representação social como categoria de análise e as fotorreportagens como fontes de pesquisa, busco uma leitura dos discursos

¹Consultar os trabalhos de: De Boni, 1985; Machado, 1990 e Scarfon, 1982.

veiculados através das imagens e dos textos jornalísticos que pretenderam atribuir sentido a um meio marcado pela desigualdade social.

De acordo com Roger Chartier (1991), as práticas são produzidas pelas representações, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles. Assim, torna-se importante perceber a leitura que os indivíduos fazem do mundo, o modo como se operam os processos de produção de sentido. É necessário, portanto, verificar as condições e os processos que concretamente sustentam as operações de produção de sentido. Para esse autor, as representações derivam das leituras que os indivíduos fazem do mundo, e essas constituem práticas encarnadas em gestos, espaços e hábitos, que são formadas a partir da utensilagem mental da qual os mesmos dispõem. Cabe, assim, analisar o processo pelo qual um texto, uma fórmula, uma norma cultural passa a fazer sentido para os que dela se apoderam ou para os que a recebem. O essencial é compreender que estes podem ser diversamente apreendidos, manipulados e compreendidos, uma vez que as representações se fazem em luta, e nesse processo de luta, a questão central reside na manutenção do ordenamento social, na hierarquização da estrutura social (Chartier, 1990: 178).

Assim, a representação social constitui uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. Segundo Chartier (1990: 179), “a construção de identidades sociais resulta sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma”. Nesta perspectiva, a representação social forma-se de acordo com interesses dos grupos e transforma-se em “uma máquina de fabricar respeito e submissão, um instrumento que produz uma exigência interiorizada”.

Com base nesse entendimento, cabe verificar como a pobreza desocupada foi apreendida pela imprensa e representada através das fotorreportagens aos seus leitores. Que imagem do homem pobre foi veiculada em suas páginas?

Algumas respostas a essa questão podem ser encontradas na leitura do jornal *O Estado de S. Paulo* no período referido. A escolha deste veículo deve-se à influência do mesmo na formação da opinião pública, sendo o jornal de maior circulação, com uma tiragem que em 1933 ultrapassava 100.000 exemplares diários². Outro dado que ainda justifica a escolha deste periódico, prende-se aos alinhamentos políticos do mesmo na conjuntura. Não é desconhecido que Armando de Salles Oliveira, diretor presidente do jornal, foi um dos membros fundadores do Instituto de Organização e Racionalização do

²Conforme dados estimados por Capelato, Prado, 1980.

Trabalho - Idort³, interventor do Estado de São Paulo de 1933 a 1937 e também o candidato à sucessão de Getúlio Vargas nas eleições frustradas de 1938.

Sempre defendendo um governo forte, o jornal *O Estado de S. Paulo* esteve ao lado do poder, apoiando as medidas tomadas pelo Estado em seu combate ao comunismo e àqueles que se opunham à ordem defendida pelo governo de Vargas (Capelato, 1989; 1991/1992). Subversivos e vadios igualavam-se na censura jornalística, como elementos que se opunham à ordem e à harmonia e cujo combate necessitava ser intenso.

Diante dessa questão, resta observar que o jornal não se constitui em um veículo que narra os fatos de uma maneira imparcial, mas antes é um agente a olhar e registrar o cotidiano social a partir de valores definidos. Uma vez que todo jornal tem uma perspectiva que orienta o modo de produzir a notícia, de veicular a informação, de propagar idéias e valores culturais, os fatos registrados não se constituem em verdades, mas sim em construções humanas, onde há toda uma subjetividade implícita.

Considerando que por detrás de toda notícia registrada subjaz uma “visão de mundo” dos jornalistas e dos proprietários do jornal, as reportagens precisam ser avaliadas enquanto linguagens produtoras de significados em relação a uma situação contextualizada historicamente.

É importante destacar que não se deve tomar o jornal enquanto uma fonte de mentiras e enganosa. A fonte jornalística não pode ser classificada como um documento falso em si, mas sim “como uma construção que pretende ser verdadeira” (Alves, 1996: 34). Isso implica em adotar procedimentos que possibilitem perceber como a notícia foi produzida, quais foram as condições de sua produção, qual a conjuntura onde esta aconteceu.

Ao privilegiar a fonte jornalística como elemento de investigação, não deixo de considerar a função pedagógica que a imprensa muitas vezes acaba por ser portadora. De acordo com Lorenzo Vilches (1993: 169), além de ser um meio de entretenimento e de publicidade, o periódico ainda é um veículo de discurso social, portador de opiniões e idéias. Por isso mesmo, é um veículo do “saber” sobre o meio social. Ao ser também um veículo de expansão de idéias,

³O Idort preconizava a reorganização do trabalho e da sociedade a partir de padrões disciplinares e normas organizacionais associadas ao progresso e à modernização. Para isso, havia a necessidade de um Estado forte, acionando mecanismos racionalizadores de controle do processo e do mercado de trabalho, destruindo simultaneamente as organizações operárias combativas. A influência política de Armando de Salles Oliveira nos meandros do poder foi bastante expressiva, e de modo especial, ocorreu por meio de sua atuação na reorganização administrativa do governo do Estado de S. Paulo, bem como nas propostas apresentadas para a reestruturação da sociedade, embasadas na racionalidade e no cientificismo. Consultar, a esse respeito, Antonacci, 1993.

o jornal encontra-se modalizado por diversas estruturas discursivas, entre elas as de “fazer crer”, o que constitui a base da persuasão. Além disso, afirma esse mesmo autor, o periódico representa e transmite escala de valores e modelos de comportamento sociais, morais, políticos etc., “pelo que também se pode caracterizar como um discurso sobre o ‘saber fazer’”.

Com base neste entendimento, o jornal é aqui analisado enquanto um meio de comunicação social, portador de estratégias comunicativas e persuasivas, que se manifestam através da articulação texto/imagem. Assim, as fotografias que acompanham as reportagens não são meramente ilustrativas, mas antes são narrativas que clamam pela eficácia do convencimento (Essus, Grinberg, 1994: 141).

A imagem possui uma estrutura complexa que, como o texto escrito, também é produto de diversas transformações discursivas. Este tipo de foto revela-se particularmente eficaz em certos processos de reconhecimento e identificação. O processo discursivo desencadeado pelo estímulo da foto pode ser tão abstrato quanto o desencadeado pelo texto escrito. Ambos são elementos textuais que se apoiam em processos cognitivos. Portanto, tanto a foto quanto o texto escrito apresentam-se como um conjunto de proposições implícitas, que se atualizam quando o leitor recorre à sua própria enciclopédia cognitiva (conhecimento e experiência adquirida através de informações recebidas e acumuladas na memória) (Vilches, 1993: 77).

O conteúdo de uma foto de imprensa nunca é explícito, mas é latente, conceitual e problemático. Só pode ser interpretado por meio de unidades culturais que estão fora da imagem e que pertencem ao contexto ou visão de mundo (do leitor): conhecimento, memória, escala de valores, posição social, etc. Desse modo, a foto de imprensa apresenta-se como “uma enciclopédia onde leitores diversos podem buscar significados diversos, de acordo com seus interesses” (Idem: 84).

Cabe lembrar o conjunto de operações que a fotografia jornalística sofre a fim de converter-se em um instrumento de persuasão ou de sedução. Essas operações constituem-se basicamente nas manipulações realizadas sobre o suporte material da foto e do periódico, na disposição da foto na página, no conteúdo e no referencial fotografado, na existência ou veracidade do objeto ou acontecimento fotografado, além dos procedimentos de supressão, adição, substituição e troca presentes na imagem fotografada.

Concluindo, resta ainda destacar que a fotorreportagem consiste em um tipo específico de documentação, na qual o original fotográfico é reproduzido para a impressão. A qualidade visual da fotografia impressa, comparada ao original, deixa sempre a desejar, devido às técnicas utilizadas na impressão jornalística. Os problemas da reprodução da fotografia original no jornal são decorrentes não somente do tipo de papel utilizado, ácido ou

alcalino, pouco adequado para a clareza da imagem, mas também da química utilizada na impressão. Enquanto na fotografia é usada uma camada aglutinante sobre o papel para a produção da imagem, na reprodução jornalística, a imagem é impregnada diretamente nas fibras do suporte de papel, causando seu aspecto granuloso⁴.

Além dos problemas causados pela diferença entre a produção da imagem fotográfica e sua reprodução no jornal, devem ser considerados ainda o desgaste provocado pela ação do tempo e os limites de impressão tecnológica empregada nos anos 30. Esses agentes contribuem para o esmaecimento e deterioração desse tipo de material, acarretando imagens que podem ter uma aparência pouco agradável ao olhar mais exigente.

No caso específico da fonte aqui analisada - fotografias da pobreza publicadas no jornal na década de 1930 -, a fibrogranulação e o esmaecimento do documento são notórios. Isto se explica pelas razões acima expostas, uma vez que as imagens são reproduções do documento jornalístico que, sob a ação do tempo, foram se deteriorando. Entretanto, as manchas e deteriorações dos documentos, enquanto objeto físico, não podem vir a desqualificar o valor dos mesmos como fonte para a pesquisa histórica, pois eles próprios são produtos da história. Portanto, devem ser analisados como produtos históricos, de tal modo que o reconhecimento de sua confecção se faz tão importante quanto o reconhecimento de seu conteúdo.

Essas imagens são alguns dos poucos vestígios restantes da história desses personagens pobres e desocupados que circularam pela capital paulista. Estes documentos se abrem à investigação e permitem refletir sobre as experiências que envolveram os sujeitos em seu fazer histórico.

A galeria da pobreza.

Da leitura do jornal no período delimitado, encontrei em torno de 40 reportagens discutindo a problemática da pobreza urbana na capital paulista. Dessas, sete eram matérias acompanhadas de fotografias. O número pequeno de imagens é explicado, uma vez que até meados da década de 1930 a foto jornalística não era comum nos jornais brasileiros, havendo a predominância da linguagem escrita. O número reduzido de fotos não desqualifica a problemática traçada, uma vez que aquelas que foram encontradas mostraram-se bastante ricas para a análise e possibilitaram discussões a respeito da leitura que *O Estado de S. Paulo* fez da pobreza, representando-a em suas páginas.

Analisando a consonância entre a imagem e a escrita, é possível verificar a correlação imagem/texto, percebendo as repetições, os apelos, os

⁴ Sobre os limites visuais desse material, consultar Mustardo, Kennedy, 1997.

silêncios e as metáforas, muitas vezes presentes no fotojornalismo, embora camuflados ou subentendidos nas entrelinhas.

As reportagens selecionadas para essa análise apresentam o dia-a-dia do homem pobre nos centros urbanos, documentado nas matérias que registram a cidade e seus habitantes. Cenas desse cotidiano aparecem em diferentes locais e situações: nas pontes e viadutos nos quais buscavam abrigo, nos cortiços que habitavam, nos botecos onde se reuniam para trocar palavras e beber e, logicamente, nos momentos na qual a atuação policial, na apreensão dos considerados vadios, foi valorizada, como forma de limpar a cidade daquela presença tão desagradável. Suas fisionomias são mostradas quase sempre associadas à astúcia da qual se valiam para chamar a atenção e despertar a caridade nos transeuntes.

Registrando o cotidiano na cidade de São Paulo, aspectos da questão social aparecem nas páginas do periódico. As reportagens falam de crianças pobres nas praças, de “falsos” e “verdadeiros” mendigos que se encontram nas ruas, das casas de recolhimento da pobreza mantidas pelas instituições filantrópicas, assim como os flagrantes da atividade policial na contenção da vadiagem impingida a essa categoria. Apresentando um cenário marcado pela desigualdade social, as mensagens mostram-se expressivas para uma análise da pobreza no período.

Nos documentos selecionados, percebemos o emprego de um vocabulário estereotipado (vagabundos, bêbados inveterados, falsos pedintes, profissionais da miséria) ao se referir aos homens pobres e desocupados. Esses adjetivos expõem uma visão de mundo sustentando um discurso discriminador, que procura atribuir papéis e lugares aos sujeitos sobre os quais se fala.

Generalizando que a pobreza exposta pelas ruas era uma pobreza viciosa, as reportagens destacam a detenção dos “falsos” mendigos, fornecendo detalhes sobre as ações empreendidas pelos “artífices do ócio”. Um artigo registra o caso de um homem detido a esmolar que, ao ser revistado pela polícia, portava um carteira com uma quantia bastante significativa em notas de réis⁵. Outro, as diferentes modalidades empregadas pelos pedintes para obter esmolas, como a mulher que dizia estar com o marido inválido na cama, ou um filho a arder de febre em casa, ou ainda de um homem que simulava deficiências físicas, ou aquele que provocava a ferida na perna para vê-la constantemente arruinada e assim conseguir a comiseração pública⁶.

Pode-se notar que a pobreza era apresentada como conseqüência de um hábito vicioso. O indivíduo adquiria o hábito de esmolar e não buscava

⁵ *O Estado de S. Paulo*, 20.04.1935:7.

⁶ *Idem*, 25.04.1935:8.

outra forma de sobrevivência que não fosse a mais fácil possível. De acordo com o periódico, não cabia dar esmolas a essa gente nem tampouco ter pena, uma vez que tal recurso nada mais era do que uma disposição em não trabalhar. Para *O Estado de S. Paulo*, não se justificava a desocupação dessas pessoas, já que no Brasil “não existia o desemprego, a luta imperiosa pela vida, como nos países em que havia uma massa de homens sem trabalho”⁷.

Insistindo no pleno emprego, as matérias apresentam o trabalho como fator de superação da miséria e elemento construtor da dignidade humana. O homem pobre e trabalhador era sempre alguém honrado e, nesta condição, a pobreza era algo superável. Todavia, para o homem pobre ser visto como honrado, era preciso que exercesse uma atividade considerada lícita. Aqueles que sobreviviam por meio de esmolas, os que garantiam seu sustento através de biscates ou do jogo, do curandeirismo, da quiromancia, da cartomancia, assim como os desempregados e os empregados temporários, eram apresentados pelo jornal como portadores do vício da preguiça, vadios por opção e candidatos naturais ao mundo do crime⁸.

As matérias insistiam em generalizar que a pobreza exposta pelas ruas de São Paulo era uma pobreza viciosa, de pessoas que se recusavam a trabalhar. Para o jornal, a questão dos “sem trabalho” que se voltavam para os biscates ou para a mendicância, constituía uma chaga que precisava ser curada por meio das instituições assistenciais de recolhimento e da ação repressiva da polícia, punindo sistematicamente aqueles que permanecessem sem ocupação⁹.

Reforçando esse entendimento, o jornal publicou matérias acompanhadas de fotografias destacando o comportamento da pobreza laboriosa, tida por “honesta”, apresentado-a como parâmetro de julgamento para os leitores, frente aos hábitos da “pobreza viciosa”. As fotos são apresentadas como instantâneos captados na cena urbana, como flagrantes do homem pobre em seu trabalho, que podem ser contrapostos ao desocupado em sua inércia. O poder de convencimento dessas imagens fotográficas busca a persuasão quando apresentadas como “instantâneos” e não fotos posadas, isso porque “a foto instantânea cria a ilusão de um comportamento arraigado ao ponto de ser surpreendido” (Essus, Grinberg, 1994: 138).

As fotorreportagens procuram sempre manter uma íntima correlação texto/imagem, no sentido de não deixar dúvidas de que havia meios de superar a pobreza. O trabalho é mostrado como o fator capaz de superar a condição de pobre, de levar ao progresso material e de garantir a dignidade humana. Ao mesmo tempo em que apresenta a pobreza laboriosa, a reportagem procura

⁷*Idem*, 05.01.1940:7.

⁸*Idem*, 28.07.1939:6.

⁹*Idem*, 28.07.1939:6.

qualificar a outra categoria de pessoas que fazem parte da pobreza “improdutiva e viciosa”, exigindo um posicionamento político sobre essa problemática.

As reportagens com as fotos um, dois e três apresentam uma imagem idealizada da pobreza. Nelas encontram-se retratados os mendigos que, sob a orientação das “damas de caridade”, voltaram-se para o trabalho ao invés de pedir esmolas. Estes aparecem em quiosques espalhados pela Praça da Sé e Viaduto do Chá. Nas fotos, percebe-se a valorização das tarefas do cotidiano desempenhadas por aqueles tidos por “realmente” necessitados, que não se entregavam às esmolas e às lamúrias que costumeiramente identificavam os despossuídos. A imagem estampa cenas que estão longe de refletir a dura realidade enfrentada pelos homens pobres e sem emprego que sobreviviam em São Paulo naquele período.

Na foto de número um, um homem portador de uma deficiência física, trajando paletó e chapéu, está em uma cadeira de rodas ao lado de uma banca onde vende quinquilharias. Na banca, aparecem os objetos que são colocados para a apreciação dos compradores. O desalento e a miséria aparecem diluídos na fotorreportagem, que mostra como a pobreza, mesmo em casos como aquele, pode ser resolvida. O homem retratado na reportagem é mostrado como um integrante da “verdadeira pobreza” ou seja, aquele que seria incapaz de trabalhar devido à sua deficiência física ou mental. Todavia, salienta a reportagem, é alguém que ainda assim não se entrega à mendicância, que busca superar sua condição lutando para prover seu sustento. Este exemplo vem no sentido de valorizar a determinação daquele que não se conforma com sua pobreza, mas que busca, através do trabalho, meios honestos de garantir sua sobrevivência.

Foto 1. *O Estado de S. Paulo*, 28.07.1939:6.

A foto de número dois mostra um outro, igualmente incapacitado fisicamente, mas que também trabalha como vendedor de bugigangas. A imagem retratada apresenta uma pessoa que poderia ser confundida com um trabalhador qualquer, dificilmente com um mendigo. A identificação com os valores atinentes aos bem sucedidos expressa-se através do corte alinhado do cabelo, do terno e da gravata, insígnias de pertencimento a uma categoria social que não a dos pedintes. Novamente a imagem é idealizada e pré-concebida. O registro de um personagem pobre, deficiente físico, que não se sujeita em ser um pobre aleijado em sua súplica lamurienta, revela a fantástica possibilidade de ilusão de que há trabalho para todos e de que basta querer trabalhar. Reforça ainda a crença de que o trabalho favorece a ascensão social e se constitui na saída para a problemática da pobreza.

Foto 2. *O Estado de S. Paulo*, 28.07.1939:6.

A terceira foto retrata uma senhora de idade avançada a vender estatuetas de santos embaixo do Viaduto do Chá, a poucos passos da entrada do Banco do Estado de S. Paulo. Enfatiza a reportagem que, com o propósito de não se deixar sucumbir à mendicância, apesar da idade, aquela senhora comparece todos os sábados e domingos ao local, expõe seus produtos e, através de seu esforço, consegue meios honestos de sobrevivência.

Buscando reforçar o sentido pretendido pela fotografia, o texto que a acompanha enfatiza que tal imagem retrata pessoas pobres e incapacitadas para alguns atos da vida social, mas que não se conformam com sua pobreza e nem com sua incapacidade. Pelo contrário, procuram garantir a sobrevivência por meio do trabalho, ao invés de "optarem" pela mendicância. Insiste o articulista que tais exemplos deveriam ser seguidos por todos aqueles que estão em situação de miséria, de modo a não se conformarem com sua pobreza, mas de

buscarem no trabalho honesto os meios de superá-la. Pelo conteúdo das fotorreportagens, a pobreza aparece como uma situação passageira, individual, fruto da apatia e do desinteresse do homem em mudar sua condição de vida.

Foto 3. *O Estado de S. Paulo*, 28.07.1939:6.

Outras fotos igualmente reforçam a imagem idealizada pelo jornal do que seria um pobre virtuoso, atendido pelas instituições filantrópicas (foto 4). Portando terno e gravata e ostentando chapéu, homens pobres aparecem na fila de espera para o recolhimento ao Albergue Noturno, instituição mantida através de donativos concedidos pelas damas de caridade, figuras pertencentes à elite paulistana. A postura séria e paciente dos personagens chama a atenção e em nada lembra os mendigos andrajosos destacados em várias reportagens sobre a mendicância e a vadiagem que o periódico publicava. Nessa fotografia, a pobreza desabrigada aparece higienizada, ordenada e disciplinada diante do atendimento prestado pelo albergue.

Foto 4. *O Estado de S. Paulo*, 30.04.1935:8.

O texto que acompanha a imagem valoriza a ação da instituição de recolhimento da pobreza que, ao mesmo tempo, fornece abrigo aos desvalidos e dá garantias de ordenação à cidade. Uma vez recolhidos aos dormitórios do albergue, os homens pobres deixam de constituir um perigo em potencial.

Na foto de número cinco, o que se registra é a imagem de um dos dormitórios do albergue noturno. O local se mostra limpo, com camas individuais, enfileiradas e impecavelmente estendidas. A higiene e a ordenação aparecem refletidas nas camas perfiladas, nos lençóis estendidos e nos cobertores dobrados aos pés da cama. Sobre as mesmas, os homens se despem de seus paletós e, de modo organizado, arrumam seus pertences e se preparam para dormir. Completando a mensagem imagética, o texto ao pé da foto explica que a cena retrata “um aspecto do dormitório no momento em que se recolhiam os albergados”. Em correlação à imagem, o discurso textual propaga que, naquele local acolhedor, a sopa noturna é servida em mesas, sempre ordenadamente.

Foto 5. *O Estado de S. Paulo*, 30.04.1935:8.

A fotorreportagem possibilita verificar a manipulação e a interpretação que ocorrem na produção da imagem periodística. Valorizando esteticamente o cenário, dando uma outra aparência aos retratados, a mensagem fotográfica informa muito mais do que a mesma poderia intencionar. Se o objetivo da reportagem consistia em apresentar a pobreza desabrigada, disciplinadamente atendida pelas instituições assistenciais de caráter filantrópico, a imagem estampada nas páginas do jornal através da lente do fotógrafo acabou por mostrar a maneira de ver do operador e os interesses do jornal. Ao se retratar os homens pobres e desempregados, mendigos em sua maioria, com os signos do progresso material - terno, gravata, chapéu, ao invés dos trajes andrajosos que era comum portarem, além de ordenados sob a ótica da instituição assistencial, a mensagem imagética possibilita refletir acerca das posturas dos

autores da fotorreportagem, traduzindo suas representações de uma pobreza higienizada, bem vestida e atendida pelas instituições assistenciais. Ao mesmo tempo, a reportagem deixa claro a intenção de recolher às instituições filantrópicas os indivíduos desvalidos e assim limpar a cidade de uma visão incômoda e perigosa.

A foto de número seis retrata outra situação na qual a manipulação se faz presente na fotografia, por meio de uma exagerada valorização estética do cenário. Trata-se da fotografia da Vila Mascote, instituição de recolhimento da pobreza desvalida, mantida pela Associação São Vicente de Paula. A vila consistia em um local para onde eram levados os homens e mulheres mendigos, tidos como “verdadeiramente” pobres por serem idosos ou deficientes físicos, recolhidos das ruas pela ação da polícia. Embora fosse uma instituição de ordem assistencial, tal local em muito se assemelhava à prisão, caracterizada pelo regime de internato forçado, pela vigilância policial e pelos castigos diante da desobediência aos preceitos estabelecidos (Martins, 1998: 112).

Foto 6. *O Estado de S. Paulo*, 07.09. 1935:8.

Em outras reportagens publicadas pelo jornal, fica claro que o recolhimento à instituição vicentina foi uma solução encontrada pela polícia paulistana para resolver o problema dos mendigos que se encontravam pela capital paulista.

De acordo com o Código Penal de 1980, os mendigos e os vadios somente poderiam cumprir a pena nas colônias correcionais de recuperação para o trabalho. Acontece que a Colônia Correcional da Ilha Anchieta, localizada no litoral paulista, desde a década de 20 encontrava-se sem condições de funcionamento face à deterioração sofrida. Por outro lado, as prisões e casas de detenção mostravam-se em dissonância com o estabelecido

pela lei penal, favorecendo a soltura através do recurso de *habeas corpus* buscados pelos sentenciados como mendigos e vadios. A saída encontrada pela polícia paulistana, no período entre 1933 e 1942, consistiu no encaminhamento dos recolhidos por vadiagem e mendicância à Vila Mascote. Desde então, os detidos pela polícia sob tais acusações deixaram de ser encaminhados às prisões formais e passaram a ser recolhidos na assistência vicentina, o que impedia qualquer possibilidade de recurso para a liberdade, uma vez que, formalmente, o local não se constituía em uma prisão.

Nesta fotorreportagem não há qualquer associação do local com uma prisão. A Vila Mascote é apresentada como um local aprazível, no qual homens e mulheres pobres encontram paz e segurança para suas vidas. A fotografia mostra o local, chamando a atenção para as construções em alvenaria destinadas ao abrigo dos que eram para lá encaminhados. Em primeiro plano, percebemos homens sentados em frente às construções, como que a espairecer em uma manhã primaveril. Ao fundo, um outro caminha, amparando sua deficiência física em um par de muletas. O título orienta a leitura de que ali se registra a imagem de um local onde há “uma grande doçura nos viventes e nas coisas”.

A tranquilidade desses que aparecem sentados em primeiro plano ou do outro amparado em suas muletas somente pode ser questionada diante das demais reportagens nas quais o periódico enfocou as fugas e mortes, companheiras inseparáveis dos internos da Vila Mascote (Martins, 1998: 115). A reportagem tomada isoladamente leva o leitor desatento a reconhecer que há um ambiente próspero onde essas pessoas encontram acolhida.

A foto de número sete retrata um outro local de recolhimento: a Chácara de Bussocaba, instituição igualmente mantida pelos vicentinos e destinada a recolher os tidos por “falsos pobres”, homens considerados aptos para o trabalho, portanto, vadios por opção, recolhidos pela polícia pela prática da mendicância e da vadiagem. A falsidade explicava-se diante da suposição de uma capacidade física e mental para o trabalho e da existência de trabalho para todos, o que significava uma indisposição em se entregar à prática de uma atividade considerada honesta e de caráter contínuo.

Diante disso, adquire sentido o título que é atribuído à matéria: “A escola do trabalho. Uma visita à Colônia Agrícola de Bussocaba”. Sendo um local destinado ao recolhimento dos falsos pobres, arredios ao trabalho, nada mais lógico do que mostrar o local como uma escola de trabalho. Para isso, a foto apresenta um grupo de homens recolhidos como vadios e mendigos que aparecem trabalhando a terra. Enfatiza a reportagem que “o lugar é mais agradável do que o presídio do Paraíso, onde não se lhes podia oferecer o mínimo de conforto”. O aprendizado do trabalho ali transcorre em um “ambiente de honestidade que precisavam para recomeçar a vida”, de modo

que a legenda que acompanha a fotografia diz que o trabalho nada mais é que um “lazer quase esportivo, desempenhado por aqueles que aprendem a ganhar com o próprio suor, o pão nosso de cada dia”¹⁰.

Foto 7. *O Estado de S. Paulo*, 22.08.1935:7.

Todavia, no continuar da reportagem, o antagonismo entre o texto e a imagem fica claramente exposto, e a tentativa de mostrar o local como uma harmoniosa “escola de trabalho” não é mais convincente. Ao mencionar os aspectos fisionômicos dos internos, o repórter entra em contradição e revela a outra face de Bussocaba, traduzível no estado emocional em que se encontravam os ali recolhidos. Este estado pode ser percebido quando o articulista pondera que “os que não estiverem de todo deprimidos (...) se entregarão ao prazer da luta pela vida”, ou mesmo quando se refere às vezes em que tentou conversar com os internos e encontrou “um melancólico que, diante do prato de comida, parecia perplexo em suas recordações. Interrogado, fez esforço para dizer qualquer coisa mas não conseguiu articular palavra”. Ou um outro ainda que se mostrava “mais assimilável e, interrogado respondeu: ali estava bom, mas lá fora estava ainda melhor”¹¹.

Nota-se, assim, que a reportagem acaba por mostrar que a escola do trabalho não deixa de ser uma prisão melhorada, na qual os homens excluídos encontram-se deprimidos, melancólicos e desejam retornar à liberdade que tinham nas ruas. A dissonância texto/imagem permite pensar na possibilidade de uma crítica subentendida nas entrelinhas, em contraposição ao discurso corrente do periódico de valorização das instituições assistenciais de recolhimento aos pobres e desocupados. A crítica mostra-se estrategicamente

¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 22.08.1935:7.

¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 22.08.1935:7.

subentendida, como um questionamento possível num momento marcado pela valorização do trabalho e pela repressão sistemática a toda forma de questionamento. Ao mesmo tempo, traduz que não houve uma submissão total da imprensa a um projeto controlador que se abateu sobre a pobreza no transcorrer do primeiro governo de Getúlio Vargas.

Conclusão

Pelas leituras da documentação selecionada, pode-se entender qual foi a representação produzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* quanto à pobreza na conjuntura. Ao representar a pobreza desocupada como viciosa e responsável por sua condição de vida, não deixou de ser agente formulador de uma visão estereotipada e preconceituosa sobre os homens pobres no período. Ao exibir assim a pobreza, transmitiu valores e modelos de comportamento considerados inadequados ao bem viver.

Repetindo intensivamente mensagens e acionando imagens, as fotorreportagens desempenharam um significativo papel pedagógico ao transmitirem valores e modelos de comportamento considerados adequados para o viver da pobreza. Ao apresentar o assistencialismo e a repressão como as únicas formas de enfrentar o problema daqueles que não encontravam um trabalho considerado honesto e produtivo, a imprensa não deixou de ser um agente co-responsável pelas condições de miserabilidade que ainda se encontra uma grande parcela de nossa população.

Para finalizar, cabe destacar que a apropriação que os leitores fizeram da mensagem jornalística consiste em um outro passo dessa pesquisa, passível de ser apreendido através do trabalho com a coluna dos leitores. Do mesmo modo, o trabalho com o fotojornalismo enquanto fonte, pode vir a proporcionar outras abordagens, possibilitando um maior conhecimento da pobreza que habitou em São Paulo nos idos de 30/40.

Referências bibliográficas

- ALVES. Paulo. Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: Di Creddo, et al. *Fontes históricas: abordagens e métodos*. UNESP: Assis, 1996.
- ANTONACCI. Maria Antonieta M. *A Vitória da razão?* São Paulo: Marco Zero, 1993.
- CAPELATTO, Maria H. R. *Aos arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- CAPELATTO, Maria H. R. O controle da opinião e os limites da liberdade, Imprensa Paulista (1920 - 1945). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: n. 23/24, 1991/1992.
- CAPELATTO, Maria H.R.; PRADO, Maria L. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, v. 5, 1991.
- CHARTIER. *A História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DE BONI, Maria Ines Mancini. Vigilância e Punição: o espetáculo da criminalidade na constituição do trabalhador urbano, Curitiba, 1890-1920. *História Questões e Debates*, Curitiba, 1985.
- ESSUS, Ana Maria Mauad de Andrade; Grinberg, Lúcia. O século faz cinquenta anos: fotografia e cultura política. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 27, 1994.
- KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologia fotográficas: Decifrando a realidade interior das imagens do passado. In: *Revista do Arquivo Nacional*, v. 6, 1993.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.
- MACHADO, Maria Clara Thomaz. A Pobreza Urbana na Ótica do Capital - Uberlândia 1900-1960. In: SILVA, Marco. *República em Migalhas*, São Paulo: Marco Zero, 1990.
- MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. *Artífices do ócio. Mendigos e Vadios em São Paulo - 1933-1942*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- MUSTARDO, Peter; KENNEDY, Nora. Preservação fotográfica: métodos básicos de salvar coleções. Trad. Olga de Souza Marder. *Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- SCARFON, Maria de Lourdes. O Mundo da Pobreza: um estudo sobre as organizações de assistência às famílias pobres no município de Piracicaba. São Paulo, 1982. (Tese de Doutorado)
- VILCHES, Lorenzo. *Teoria de la imagen periodística*. Barcelona: Paidós, 1993.